**NOTAS E INFORMAÇÕES** 

# Hora de cautela



Emprego aquecido, riscos fiscais e incertezas nos Estados Unidos exigem firmeza na política monetária

momento econômico brasileiro exige cautela monetária. Dados recentes di-vulgados por órgãos oficiais mostram o aquecimento do mercado de trabalho, com expectativas positivas para o consu-

mo e riscos de pressão inflacionária. Trazer o índice de preços à meta ganha contornos mais difíceis, o que implica firmeza do Banco Central (BC) e prudência do governo Lula da Silva.

O Cadastro Geral de Empregados e Desemprega-dos (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, registrou um saldo positivo de 244.315 vagas formais, com carteira assinada, em março. Pesquisa do Projeções Broadcast com analistas do mercado financeiro estimava 190 mil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por sua vez, trouxe, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), uma taxa de desemprego de 7,9% em março. Embora tenha registrado três meses de alta - em fevereiro, a taxa ficou em 7,8% -, trata-se do menor indicador para o mês de março em dez anos. O mercado esperava 8,1%.

Os números surpreenderam. Evidentemente, quanto mais empregados e menos desocupados, melhor para o Brasil. Os dados, no entanto, não sugerem afrouxamento das rédeas em um cenário de perene instabilidade interna e sinais externos desafiadores.

A decisão do Federal Reserve (Fed), o Banco Central norte-americano, de manter as taxas de juros entre 5,25% e 5,5% para levar a inflação à meta de 2% põe o BC brasileiro em alerta. Com juros altos por lá, o Brasil se torna menos atrativo e, por aqui, haverá pressão sobre o dólar, o que impacta os preços.

Confirmada a decisão do Fed, agora os holofotes se voltam ao Comitê de Política Monetária (Copom), que se reunirá na próxima quarta-feira, dia 8. Esperase uma nova redução da Selic na magnitude de 0,5 ponto percentual, o que deve levar a taxa básica de juros dos atuais 10,75% ao ano para 10,25% ao ano.

O BC tem uma árdua tarefa pela frente. A inflação oficial fechou março em 3,93%, no acumulado de 12 meses. Apesar de estar dentro da banda, de 1,5% a 4,5% para 2024 - com o centro da meta de 3% -, o índice está mais perto do teto. Para as reuniões futuras do Copom, aguarda-se mais comedimento.

A decisão da agência de risco Moody's de elevar a perspectiva da nota de crédito do Brasil de "estável" para "positiva" redobra a atenção. Rapidamente, o governo comemorou. O presidente Lula da Silva afirmou que o Brasil "voltou a ter credibilidade", o que não é verdade. O País ainda se encontra no nível especulativo, muito distante do grau de investimento.

Há poucos dias, Lula da Silva, em um jogo de palavras capcioso, disse que não queria criticar a taxa de juros, mas criticou porque, como disse, "está difícil". O presidente ataca Roberto Campos Neto, mas ignora que quatro dos nove integrantes do Copom foram por ele indicados. Até agora, as decisões do colegiado têm sido unânimes. Isso mostra que cabe a Lula dei-xar o BC trabalhar. Da política fiscal, cobra-se responsabilidade de seu governo. Mas aí talvez seja pedir

# 'É a indústria que vai pagar as exceções da reforma"

Para o economista-chefe da Fiesp, novo sistema tributário é um avanço, mas exceções oneram o setor

**ENTREVISTA** 

Economista com doutorado na Universidade de Cambridge, é economista-chefe da Fiesp desde 2022

#### **EDUARDO LAGUNA**

om a previsão de alíquota média de 26,5% no projeto de regulamentação enviado no final de abril ao Congresso, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado, que vai substituir IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) ficou acima do máximo reivindicado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que vinha defendendo um teto de 25% na alíquota de referência do imposto criado pela reforma tributária.

Segundo Igor Rocha, economista-chefe da Fiesp, ainda que a reforma represente um grande avanço em relação ao modelo atual, a avaliação é de que a indústria segue financiando a "meia entrada" dos outros setores - isto é, os impostos mais baixos pagos por produtos agrícolas e serviços.

"Esperávamos que a indústria pudesse pagar menos a conta dos outros. O que vemos é que quem está pagando essas exceções, novamente, é a indústria", disse Rocha em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Ele ressalta a preocupação no setor industrial de que o IVA suba ainda mais, caso a lista da cesta básica, que conta com alíquotas mais baixas, seja ampliada. A seguir, os principais trechos da entrevista:

#### Qual sua avaliação do projeto de regulamentação da reforma tributária?

Existe uma preocupação sobre coisas que podem ficar muito abertas, que podem ainda impactar a alíquota final (do IVA). cesta básica é o ponto que pode impactar mais a alíquota final. Se alguém não paga, outro está pagando, esse é um conceito muito claro no modelo do IVA. Então, para se ter uma alíquota como a estimada pelo governo, de 26,5%, o que já é uma alíquota bem alta, é muito importante que (a cesta básica) esteja circunscrita de maneira bastante clara e direta. Há a questão dos profissionais liberais, incluídos de última hora, o que eu acho injusto. Por que um profissional liberal tem de pagar menos imposto (30% a menos, segundo a proposta) do que um trabalhador CLT? Estimamos impacto de mais ou menos 0,3 ponto porcentual (na alíquota base). Não é muito, mas o ponto é que a isonomia, mais uma vez, foi deixada de lado nessa regra dos 30%.

### O que pesa mais?

O que tem maior impacto, sem dúvida, é a cesta básica. É preciso ter atenção. Como o próprio nome já diz, são alimentos básicos. Não é para ampliar de uma forma que acabe passando a conta do tributo a outros elementos da economia.

# Ainda assim, a alíquota de 26,5% veio em linha com o

que a Fiesp esperava? Batemos muito aqui para ter um teto de 25%. Um teto de 25% já estaria contemplando diversas exceções. O problema é que, infelizmente, ali na discussão, entraram mais exceções do que deveria, e isso acabou prejudicando a eficiência do modelo. Não quer dizer que o modelo não seja melhor do que o que temos hoje. Com certeza, é me-lhor do que o modelo vigente, seja pela simplificação, seja pelo alinhamento com as melhores práticas internacionais, seja pelo alinhamento com o que 90% do mundo faz. Mas esperávamos que a indústria pudesse pagar menos a conta dos ou-

"Com certeza, (o novo sistema) é melhor do que o modelo vigente, seja pela simplificação, seja pelo alinhamento com o que 90% do mundo faz. Mas esperávamos que a indústria pudesse pagar menos a conta dos outros"

tros. O que vemos é que quem está pagando essas exceções, novamente, é a indústria.

# Qual será a redução de carga tributária da indústria com a alíquota de 26,5% e o fim da cumulatividade?

Na média, tende a ter uma redução, sim, da carga tributária do setor industrial, mas (a redução) poderia ser muito maior. A indústria continuará pagando mais do que os outros setores, só que um pouco menos do que paga (atualmente). A indústria é o setor mais tributado porque tem de pagar, vamos colocar assim, a "meia entrada" dos demais setores. Eisso não mudou muito. O justo seria todo mundo pagar mais ou menos igual para todos pagarem menos. Não vemos isso acontecendo novamente, porque há setores que infelizmente passaram a conta para outros sem pensar na isonomia.

# Existe uma preocupação de a alíquota subir muito

Se começarem a incluir na cesta básica produtos que não são para o consumo básico, o impacto na alíquota será muito

#### A Fiesp vai defender mudanças ou aperfeiçoamentos no projeto?

Ainda estamos mapeando (o texto). Estamos com representantes diversos destrinchando as páginas, e refletindo sobre o real impacto. É um projeto que tem a sua complexidade. Entidades muito específicas podem ter já um posicionamento fechado, porque obviamente é um sistema muito menor. Na Fiesp, a ótica é muito mais macro, porque muitas vezes uma coisa conflita em outra cadeia. Temos de ter um pouco de calma aqui nas análises. Por ora, não tem nada que suscite uma preocupação absurda.

#### Como a reforma tributária pode contribuir para a indústria voltar a ganhar peșo na economia?

É muito positiva para a atração de capital. Falamos com diversos países aqui que olham o modelo do IVA como muito positivo para a atração de capital. Isso porque propõe um alinhamento da forma como as empresas operam em outros países. Facilita muito o entendimento delas. Só isso já deve gerar um ambiente mais positivo para a atração de capital. Chegamos a fazer estimativas que apontaram para um acréscimo de R\$1 trilhão na economia como um todo em dezanos. Estamos refazendo essas contas porque tem coisa ali que é muito subjetiva. Todos os setores, nas nossas simulações, ganhavam, nenhum perdia. •

